BOLETIM
PROEALC
Centro de Ciências Sociais / CCS - Setembro-Outubro de 2004 - ISSN 2175-9103 26

Boletim Número 26
Data: Setembro-Outubro/2004

EDITORIAL

Os artigos desta edição do Boletim PROEALC trazem discussões que ajudam a compreender os rumos de nossa região nos dias atuais. No artigo intitulado "Camponeses em defesa da soberania" a Bolívia é abordada a partir dos milhares de camponeses bolivianos, que com o líder cocalero Evo Morales, chegaram à capital La Paz, dia 17, para fazer uma manifestação diante do Congresso em favor da volta do controle estatal sobre os derivados do petróleo.

A marcha assinala o primeiro aniversário da revolta popular, com 56 mortos e 411 feridos, que visou interromper a exportação de gás por um porto no Chile, país com o qual a Bolívia tem um conflito territorial. A revolta levou à derrubada do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada e à posse do atual presidente Carlos Mesa. Tal artigo dá continuidade as reflexões que apresentamos, por ocasião da revolta no ano passado. A questão da ALCA é mais uma vez abordada em nosso periódico no artigo de José Coronado, "Lançada consulta popular sobre livre comércio", nele o autor relata que começou, dia 12, em Lima, a coleta de assinaturas para exigir a convocação de uma consulta popular sobre a assinatura ou não do Tratado de Livre Comércio com os EUA (TLC).

O movimento, que reúne organizações sociais, populares e camponesas, faz parte da Campanha Peruana Contra o Tratado de Livre Comércio com os EUA (TLC) e Contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), campanha conhecida pela sigla No Alca. O lançamento do abaixo-assinado ocorre em meio a uma crescente rejeição entre o povo peruano à forma como são feitas as negociações por parte do governo. O texto tem como fonte original o Jornal Brasil de Fato.

Na matéria: "Excluídos ou esquecidos?", de autoria de Ana Clara Moreira de Britto, Roberta Guimarães Gomes e Sirlene de Oliveira Francisco, o Movimento Grito dos Excluídos é abordado. O movimento que aconteceu pela primeira vez em 1995, onde teve seu berço na Campanha da Fraternidade, já faz parte da história de resistência da região. O movimento foi encontrando terrenos férteis em países dilacerados pelo neoliberalismo e hoje atinge toda a América Latina, Caribe e nações como o EUA, onde 23 países reunidos expressaram no dia 12 de outubro sua luta por uma sociedade mais justa. Desse modo, faz-se mister estarmos discutindo o significado do mesmo.

Finalizando a presente edição, o pesquisador Marcus Vinícius da Silva Paes, aborda, em seu artigo "O Futuro Uruguai", as eleições em nosso vizinho do Cone Sul que foi às urnas no último dia 31 de outubro para escolher aquele que será o representante maior de sua democracia pelos próximos cinco anos. Com 50,70% dos votos válidos, o Uruguai decidiu que seu novo presidente é o ex-prefeito da capital Montevidéu, Tabaré Vázquez, candidato da Frente Ampla, coligação de forças voltada à esquerda política naquele país. Com isso, mais um governo esquerdista chega ao poder na América Latina. Muitos tomam isso como à resposta da população a anos de governo deficiente que levaram o país a pior crise econômica e social da história, com o arrocho geral do selvagem neoliberalismo, postas em prática desde os anos 80 pelos Partidos Colorado e Nacional (Blanco).

A esperança volta a fazer parte do ideário da América Latina, esperamos que dessa vença realmente o medo de construirmos uma região verdadeiramente independente.

Silene de Moraes Freire

Em Foco I

Camponeses em defesa da soberania

Milhares de camponeses bolivianos, com o líder cocalero Evo Morales à frente, chegaram à capital La Paz, dia 17, para fazer uma manifestação diante do Congresso em favor da volta do controle estatal sobre os derivados do petróleo. A marcha assinala o primeiro aniversário da revolta popular, com 56 mortos e 411 feridos, que visou interromper a exportação de gás por um porto no Chile, país com o qual a Bolívia tem um conflito territorial. A revolta levou à derrubada do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada e à posse do atual presidente Carlos Mesa.

Em mensagem pelo seu primeiro ano de governo, Mesa disse que não há motivo de "luto", mas sim de uma "festa nacional", porque "somos um país melhor". Assinalou que o referendo do dia 18 de julho disse "sim à venda do gás, a maiores impostos em favor dos bolivianos, à recuperação da propriedade do Estado sobre os poços de petróleo, ao fortalecimento da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, à industrialização dos derivados em território boliviano. Um sim para que o dinheiro desse elemento fundamental seja utilizado primordialmente em educação, saúde e infra-estrutura".

Enquanto isso, indígenas Quíchua, Aimara e Guarani, bem como trabalhadores e estudantes que marcharam durante dias, apóiam a volta da propriedade estatal sobre a produção, comercialização e transporte de petróleo e derivados. "Lutamos pela nova política de derivados de petróleo, marchamos para acabar com o Estado concessionário", disse Morales. "Se o Congresso não aprovar a nova lei, com certeza a situação pode se agravar", acrescentou.

Os camponeses se opõem ao plano do presidente Mesa, o qual afirma que o referendo só aprovou a propriedade estatal dos poços de petróleo; saindo dos poços, o petróleo poderia ser vendido a empresas privadas. O presidente sugere um aumento de 18% para 50% dos impostos sobre o petróleo privado nos próximos quinze anos.

(La Jornada, www.lajornada.unam.mx)

FONTE: Jornal Brasil de Fato

Em Foco II

Venezuela: Desafio agora é combater a corrupção.

Começou, dia 12, em Lima, a coleta de assinaturas para exigir a convocação de uma consulta popular sobre a assinatura ou não do Tratado de Livre Comércio com os EUA (TLC). O movimento, que reúne organizações sociais, populares e camponesas, faz parte da Campanha Peruana Contra o Tratado de Livre Comércio com os EUA (TLC) e Contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), campanha conhecida pela sigla No Alca. O lançamento do abaixo-assinado ocorre em meio a uma crescente rejeição entre o povo peruano à forma como são feitas as negociações por parte do governo.

Apesar das dificuldades - no início, os órgãos eleitorais se opuseram ao movimento -, os organizadores do abaixo-assinado conseguiram a autorização necessária, bem como as planilhas para registro das assinaturas. O secretário-executivo da Campanha, Washington Mendoza, dirigente da Confederação Camponesa do Peru (CCP), disse que, só no primeiro dia e só na Praça Dois de Maio, no centro de Lima, foram obtidas milhares de assinaturas.

Além da CCP, participam da No Alca a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), a Central Unitária de Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional Agrária (CNA), o Conselho de Organizações da Micro, Pequena e Média Empresa (Compympe), organizações de mulheres, conselhos profissionais e várias organizações não-governamentais. As entidades consideram que os Estados Unidos estão impondo suas condições a um governo que não só se submete aos estadunidenses, como também busca satisfazer as exigências dos setores econômicos e políticos neoliberais do próprio Peru. Um dos setores mais ativos contra o TLC são as organizações camponesas e agrárias, por considerarem que, assinado o tratado, a agricultura peruana, já abandonada há tempo pelo governo, simplesmente corre o perigo de desaparecer, diante da competição ilegal com a invasão de produtos agropecuários importados.

ESCÂNDALO E CORRUPÇÃO

A crise da agricultura e a pobreza rural estão em crescente aumento, ainda mais porque ocorre seca prolongada, não há investimentos públicos para o setor, os preços agrícolas não melhoram e não existe financiamento para pequenos produtores e comunidades camponesas. A isso se somam a tradicional insegurança da propriedade jurídica das comunidades e os crescentes conflitos com as transnacionais da mineração, como acaba de acontecer em Cajamarca, no norte do Peru, onde os camponeses iniciaram uma greve por tempo indeterminado contra a exploração da mineração na região de cultivo e de reserva de água doce.

A campanha contra o TLC se dá numa situação em que o governo neoliberal do presidente Alejandro Toledo conta com um índice de aprovação que mal supera os 10% e em que ocorrem greves e manifestações, em particular contra os escândalos de corrupção que envolvem o próprio presidente.

Fonte: Jornal Brasil de Fato

Espaço Aberto

Excluídos ou esquecidos?

Ana Clara Moreira de Britto*
Roberta Guimarães Gomes**
Sirlene de Oliveira Francisco***

Há dez anos atrás nascia uma voz no meio do povo. Uma voz com espírito de luta e mobilização. Crentes e conscientes das desigualdades que envolvem nossa realidade e antes de tudo consciência de sua real condição enquanto povo empobrecido pelo sistema. O Movimento Grito dos Excluídos acontece pela primeira vez em 1995, onde teve seu berço na Campanha da Fraternidade. Não é por acaso que 7 de setembro foi o dia escolhido para marcar a presença do movimento, “o dia do povo nas ruas”, e o povo vem à rua, há dez anos sob o Movimento Grito dos Excluídos, movidos pela solidariedade e reivindicando iniciativas que modifiquem a situação sofrida que os condiciona. Sua história de luta foi encontrando terrenos férteis em países dilacerados pelo neoliberalismo e hoje atinge toda a América Latina,Caribe e nações como o EUA, onde 23 países reunidos expressam no dia 12 de outubro sua luta por uma sociedade mais justa. Segundo dados da Secretaria Continental, a manifestação vem tendo apoio mais expressivo nos últimos dois anos. Ainda que a essência do movimento seja comum, nos países em que se firmou, assumiu face singular de atuação, diversificação de atos públicos e campanhas.

Na Argentina ganham destaque as reivindicações relativas à dívida externa, contaminação ambiental pela mineração e o desemprego. Já na Bolívia, as atividades são marcadas por exigir a responsabilidade para o ex-presidente Gonzalo Sánchez de Losada e colaboradores, pela participação direta na morte de mais de 77 pessoas e 500 feridos nos conflitos ocorridos durante o governo de "Goni". Haverá eventos culturais,

campanhas e protestos,abordando outras pautas, como a nacionalização dos hidrocarbonetos e a recusa à assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos.

Na Colômbia, o Grito dos Excluídos se expressa pela Paralisação Nacional marcada pela Central Unitária dos Trabalhadores do país (CUT). Segundo a CUT, a greve de um dia pretende pressionar o presidente Álvaro Uribe a desistir da reeleição, e negociar um acordo a fim de acabar com os conflitos internos armados na Colômbia. A América Central caracteriza-se pela luta por trabalho, justiça e vida. Seus países em maioria estão alinhados com a idéia de irem de encontro aos interesses norte-americanos de implante da ALCA. Diversos países já tomam medidas internas nesse sentido. No Panamá, o movimento tende a ir contra a atual passagem de governo que mantém sua postura de políticas antipopulistas. Em Honduras e na Nicarágua, há grande discussão interna sobre soberania alimentar, a situação da mulher camponesa e do migrante. Na Costa Rica uma grande marcha foi recentemente convocada para protestar contra a corrupção generalizada que assola as instituições públicas.

No Caribe, o Grito dos Excluídos será celebrado em Porto Rico, uma forte frente popular negando as intenções de se instalar em San Juan, a sede da Alca. Discutirão também sobre problemas como a independência nacional, militarização e a expulsão de camponeses para a construção de hotéis de luxo. Na República Dominicana, as atenções se voltarão para a questão da habitação, com a campanha para se obter o fim das expulsões e deslocamentos internos forçados e pelo direito à moradia e ao usufruto do espaço urbano. Nos Estados Unidos, as mobilizações do Grito dos Excluídos estão relacionadas às comunidades de imigrantes, sobretudo latino-americanos, segregados, que vivem no país. Outros temas como a legalização dos imigrantes, a petição da moratória (suspensão) das deportações e a aprovação de “leis migratórias justas” que garantam os direitos humanos e trabalhistas dos imigrantes e de suas famílias.

No Brasil, este ano, ocorreu em 1800 localidades e reuniu mais de um milhão e meio de pessoas em todo o país. A sede do encontro acontece em Aparecida, no interior de São Paulo. O lema foi “Mudança pra valer e o Povo faz Acontecer”, é o que propõe o movimento desde os seus primeiros passos, a participação e discussão da realidade. A sociedade consciente a atuar de maneira participativa nas mudanças do país.

Durante todos esses anos de manifestação em que convocaram a sociedade a se interar e “gritar” pelo que é seu de direito, de conquistar sua dignidade, que se encontra a margem desse sistema democrático, em que direitos são apenas no papel, onde a globalização domina e coibi a participação da maioria, nós cidadãos. Cidadãos desse Brasil de povo pobre em terra rica. Em que a concentração de terra, renda e riqueza está nas mãos de poucos. Os custos desse processo recaem sobre os mais fracos e se refletem no desemprego, falta de terra, e terríveis condições dos serviços públicos. O Grito dos Excluídos é um desabafo, um alerta, uma maneira de dizer: “estamos aqui,sabemos o que estão fazendo com nosso povo, com nossa terra”. E ter noção da dimensão do que nos é expropriado, e que se pode mudar, é a meta da luta. Diante disso, o Grito dos Excluídos propõe mostrar e enxergar a realidade do nosso povo como realmente ela é, seja no seu sofrimento, seja na sua luta. Ouvir e dar voz aos excluídos e esquecidos, mantém-se como inspiração e motivo de luta do movimento.

*Bolsista/Pesquisadora/PROEALC/UERJ
**Bolsista/Pesquisadora/PROEALC/UERJ
***Bolsista /Pesquisadora/PROEALC/UERJ

O Futuro Uruguai

Marcus Vinícius da Silva Paes*

Um de nossos vizinhos do Cone Sul foi às urnas no último dia 31 de outubro para escolher aquele que seria o representante maior de sua democracia pelos próximos cinco anos. Com 50,70% dos votos válidos, o Uruguai decidiu que seu novo presidente é o ex-prefeito da capital Montevidéu, Tabaré Vázquez, candidato da Frente Ampla, coligação de forças voltada à esquerda política naquele país. Logo em seguida, com 34,06% ficou o

candidato do Partido Nacional, Jorge Larrañaga, e por fim o candidato do Partido Colorado, Federico Stirling, com 10,32% dos votos.

De uma forma geral, em todo o país, a votação, que além de escolher o presidente também definiria o novo senado uruguaio, se deu de forma ordeira e tranqüila. Cerca de 8 mil policiais foram mobilizados para garantir a ordem durante o dia, sendo que cerca da metade só na capital, Montevidéu.

Com isso, mais um governo esquerdista chega ao poder na América Latina, seguindo os passos do que aconteceu com Lula no Brasil em 2002. Muitos tomam isso como a resposta da população a anos de governo deficiente que levaram o país a pior crise econômica e social da história, com o arrocho geral do selvagem neoliberalismo, postas em prática desde os anos 80 pelos Partidos Colorado e Nacional (Blanco). Com Jorge Battle, essas políticas apenas ganharam mais vigor, levando a população ao descontentamento amplo. Nem mesmo o advento da criação do Mercosul desviou o governo Battle de sua rota de "entreguismo" econômico ao capital Norte Americano.

Assim sendo, uma grande coalizão de forças emergiu rumo a vitória eleitoral. A Frente Ampla é um grupo conhecido no cenário uruguaio, pois vem atuando como força de esquerda desde o final da década de 60. Para as eleições de 2004, a coligação cresceu e ganhou adeptos de todos os seguimentos políticos sob o nome já reconhecido como revolucionário por seu passado.

Mas foi exatamente essa conglomeração de correntes que descaracterizou a Frente Ampla. Diferentemente de outras vezes, os discursos de Vázquez e de toda a Frente era de cautela, com mudanças sociais na medida do possível, sem praticar utopias infundadas. Esquerda, direita e centro se uniram para levar um candidato a presidência ao poder, deixando vago para os eleitores uma opção de real esquerda, como foi a Frente outrora.

Em entrevista a um sítio da Internet voltado as causas revolucionárias na América Latina, Ernesto Herrera, dirigente de um dos diversos componentes da Frente Ampla, foi enfático: visamos o "reformismo sem grandes reformas". Por mais incoerente que isso possa parecer para alguém que se diz esquerda, o fato é que o governo que assume o Uruguai não possui nada que possa realmente entusiasmar seu povo rumo a mudanças concretas de guinada da situação atual. Afirmando não haver muitos caminhos para fugir do neoliberalismo, Herrera afirma que o que está por vir é o que ele chama de "neoliberalismo mitigado", ou seja, a busca das mudanças sociais necessárias através de um simples assistencialismo humanitário e urgente, como o implantado pelo governo Lula com o "Fome Zero" e o "Bolsa Família", para citar apenas dois dos inúmeros programas sociais criados no Brasil nos últimos dois anos. Assim sendo, poderia ser usado inclusive recursos oriundos do fundo próprio de combate a pobreza do BID (Banco Internacional de Desenvolvimento).

A preocupação quanto ao futuro do Uruguai e do próprio bloco econômico do Cone Sul não pára por aí. Isso nos remete ao próprio passado do novo presidente, Tabaré Vázquez. Sua trajetória coincide com o início da ditadura militar uruguaia, uma das mais cruéis da América Latina.

A ditadura uruguaia começou em 1973. Foi uma das mais curtas da América do Sul, mas em contrapartida, uma das mais sangrentas. Pouco antes de sua implantação, O Uruguai já vivia momentos de tensão. Em 1972, um grupo revolucionário conhecido como OPR-33 seqüestrou um jovem chamado Sérgio Molaguero, filho de um famoso e poderoso industrial da cidade de Santa Lucia. O líder da operação possuía o codinome de "Marcelo", conhecido por sua brutalidade com os prisioneiros. Sergio chegou a declarar posteriormente que em certa ocasião, no cativeiro, quase morreu com os golpes desferidos por Marcelo. Dias mais tarde, o líder e seu bando foram pegos e condenados. A identidade de Marcelo viria posteriormente a ser divulgada: tratava-se de Jorge Luiz Vázquez Rosas, simplesmente o irmão do novo presidente, Tabaré Ramón Vázquez.

Enquanto seu irmão cumpria pena de 16 anos na prisão, Tabaré iniciava timidamente sua carreira política, fazendo questão de se desvincular da imagem do irmão revolucionário, para assim não sofrer acusações da linha dura que chegava ao poder no Uruguai. Virou um "Cidadão Classe A", ou seja, afirmava oficialmente não ter pertencido nunca a organizações revolucionárias ou partidos de centro-esquerda, no que se chamava de "Declaração de fé democrática". Assim, ante a ditadura militar, Tabaré poderia exercer cargos públicos, tendo posse de sua declaração. Público defensor do regime, Vázquez muito se beneficiou dentro da ditadura, chegando a ganhar uma bolsa de estudos em medicina na França, onde permaneceu por alguns anos, tendo em vista já ser diplomado em medicina pela "Universidad de la República". Regressando ao país, chegou a colaborar diretamente com o ministério da saúde naquela época.

Com o fim do regime, rapidamente Vázquez se realinha aos movimentos de esquerda de forma oportunista. Em 1987 ingressa no Partido Comunista, e começa a entoar discursos esquerdistas já visando integrar-se aos quadros da Frente Ampla. Nessa época, se elegeu como senador. Seu poder cresce dentro do partido, até que em 1994 se torna o presidente nacional da Frente Ampla.

Quase vinte anos após o término da ditadura uruguaia, Tabaré Vázquez usou toda uma nova imagem, reformulada por "marqueteiros" para chegar a presidência. Pautou-se na experiência administrativa que o auge de seus 64 anos lhe dão, a estreita ligação com sua família (é casado com Maria Auxiliadora Delgado e pai de três filhos), e principalmente a aproximação progressiva à Frente Ampla, que em peso se agregou ao nome de Vázquez como o mais forte para o pleito recém-disputado.

A Frente Ampla por sua vez também tem um passado muito diferente do que é hoje. Nascida em 7 de outubro de 1970, como oposição as situações de opressão social da época, congregava as alas mais extremistas da esquerda revolucionária. Logo ganhou adeptos dos sindicatos e partidos camponeses. Ficou assim historicamente conhecida como a maior força de resistência à opressão e de aglomeração das alas esquerdistas. Assim sendo, a Frente ampla nasceu como um movimento do povo em luta, para o povo, como nos diz o pronunciamento inaugural feito por Líber Seregni, primeiro presidente do movimento: "hoy tiene el Frente Amplio su bautismo en la calle, en la multitud, en ustedes, en un movimiento político sin precedentes en el país y que tiene la estatura del Uruguay entero. Estos son los primeros pasos porque el resto de los que vamos a dar los daremos con los zancos del pueblo y con la inteligencia del pueblo."

Hoje a ótica mudou. O radicalismo e as propostas de amplas reformas na sociedade uruguaia (como a reforma agrária por exemplo, sempre defendida pela Frente Ampla) sempre assustaram os setores da elite, como não poderia deixar de ser. Por isso mesmo, por mais organização que o movimento tenha adquirido durante os anos, inclusive lutando intensamente contra a ditadura militar iniciada na década de seu nascimento, sempre afastou os seus principais representantes dos núcleos de poder. Talvez cansados de perder pleitos, para as últimas eleições a Frente Ampla estendeu e ratificou uma tendência já observável nos anos 90, que era de abertura a participação de outros setores e partidos políticos não tão alinhados com o pensamento esquerdista da gênesis da Frente. Em 2004, a coligação se reuniu em torno do nome de seu presidente, Tabaré Vázquez, e aceitou a aliança com diversos partidos e movimentos claramente de centro-direita. Alguns inclusive muito alinhados com o pensamento burguês neo-liberal, ou qualquer vertente dessa política que possa estar surgindo no continente. Os discursos, sempre tão inflamados outrora, hoje são completamente conservadores, não falando mais de reformas amplas ou de rechaços as novas políticas imperialistas. Ao contrário, pensam muito mais na assistência social paliativa e emergencial, tendo em vista até mesmo a situação de crise geral que Vázquez herdará do Battlismo.

Diante de toda essa história e a configuração atual de forças internas e externas no Uruguai, a pergunta que fica é: não será o governo que assume em 1º de janeiro de 2005 um seguimento do que já vinha acontecendo, não está pra nascer um novo Battlismo, que ao mesmo tempo em que se alinha ao Mercosul, mantém estreita comunicação e abertura aos interesses neo-liberais norte-americanos? Se essa pergunta for feita a população Uruguaia, os mais otimista dirão que a chegada da Frente Ampla ao poder é o início de uma nova era. Os mais céticos que votaram em Vázquez diriam, de modo geral, que só o tempo dirá o que será o futuro. Mas tendo em vista que apenas pouco mais de 50% dos votantes no país elegeram Vázquez, a maioria do povo dirá que teme o futuro. E ele deve ser temido. O modo de vida americano e sua política engolidora de economias e culturas já está enraizada na América Latina, e mesmo as figuras que mais parecem poder ajudar, como a de Lula no Brasil, sofrem com o legado que herdaram. Esperemos então, mesmo que um pouco pessimistas, a resposta para a pergunta feita anteriormente. E que o povo uruguaio não se resuma ao pleito, mas que governe junto de Vázquez, como deve ser uma real democracia.

*Bolsista/Pesquisador/PROEALC/UERJ

Expediente

Reitor
Profº Nival Nunes de Almeida
Vice-reitor
Profº Ronaldo Martins Lauria
Sub-reitor de Graduação
Profª Raquel Marques Villardi
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Albanita Viana de Oliveira
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profª Maria Georgina Muniz Washington
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª Rosângela Martins Alcântara Zagaglia
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira
Coordenação de Produção
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)
Colaboradores
Ana Clara Moreira de Britto (PROEALC/FSS/UERJ)
Marcus Vinicius da Silva Paes (PROEALC/FSS/UERJ)
Roberta Guimarães Gomes (PROEALC/FSS/UERJ)
Sirlene de Oliveira Francisco (PROEALC/FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira
(PROEALC/CCS/UERJ)